

TEXTO PARA DISCUSSÃO



*Revisitando as Origens da Indústria no
Brasil: Uma Interpretação da Economia
Política dos Sistemas-Mundo.*

*Pedro Vieira
Lairton Comerlatto
Fábio Pádua dos Santos*

N° 04/2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Campus Universitário – Trindade
CEP 88049-970 – Florianópolis – Santa Catarina
Tel.: (48) 3331.9458 – Fax.: (48) 3331.9776**

REVISITANDO AS ORIGENS DA INDÚSTRIA NO BRASIL: UMA INTERPRETAÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO

Pedro Vieira^(*)

Lairton Comerlatto^(**)

Fábio Pádua dos Santos^(***)

RESUMO

Este artigo tem por objetivo visitar as origens do processo de industrialização ocorrido no Brasil durante o século XIX. Numa perspectiva histórica, o enfoque da missão libertadora da indústria, compartilhada por muitos autores, pode ser refutado se observado a partir da Economia Política dos Sistemas-Mundo. Dada a existência de um sistema histórico complexo, cuja divisão mundial do trabalho é sinônimo desse sistema no tempo e no espaço, no século XIX a indústria no Brasil manifesta-se como resultado da própria expansão da

1. INTRODUÇÃO

Suportado na metodologia da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM)¹, o presente artigo tem por objetivo buscar, evidências para sustentar que durante o século XIX, a formação da indústria no Brasil não foi induzida pela expansão do setor agrícola-exportador. Iremos argumentar que a indústria de transformação desenvolvida no Brasil foi parte do processo de expansão da economia-mundo capitalista e destacar os fatores que dificultaram o surgimento de indústria como fonte primeira de acumulação de capital. Defenderemos também que em lugar de enfraquecer, a indústria reforçou a posição que o Brasil vinha ocupando desde o século XVI na divisão mundial do trabalho.

Considerando que as diversas interpretações², por suporem a existência de uma economia nacional, atribuem excessivo peso aos chamados fatores internos, o emprego de uma abordagem sistêmica pode iluminar aspectos até então pouco estudados.

O artigo está organizado da seguinte forma: na seção 2, serão apresentadas as limitações inerentes à ótica da economia nacional e a necessidade da adoção da economia-mundo como unidade de análise; na seção 3, mostra-se que a industrialização britânica foi um aspecto inseparável da afirmação e ascensão do Estado Inglês à condição de potência hegemônica mundial. Na seção 4,

^(*) Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: pavieira@cse.ufsc.br.

^(**) Mestrando em Economia (Área de Transformações do Capitalismo Contemporâneo) pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: lairton_comerlatto@yahoo.com.br.

^(***) Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), 2004-2005 e 2005-2006. E-mail: fpadua@gmail.com.

¹ A Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM) é uma nova escola de pensamento organizada pela Associação Americana de Sociologia. Goldfrank tenta definir o que é a EPSM quando afirma que "... Wallerstein insisted on a high degree of interconnectedness between the division of labor and the international state system. Hence the phrase 'political economy of the world-system'" (Goldfrank, 2000, p. 172). Em outras palavras Arrighi fornece uma aproximação mais clara. "... os intelectuais da EPSM tomaram tipicamente os *sistemas* de estados agrupados por uma única divisão do trabalho como sua unidade privilegiada de análise, e procuram analisá-los em busca de generalizações sobre interdependência entre os componentes de um sistema e de princípios de variação entre condições sistêmicas em diferentes espaços e tempos" (Arrighi, 2003, p. 15).

² Teoria dos choques adversos (CEPAL), industrialização liderada pelo setor exportador (Dean, 1976; Nicol, 1974; Peláez, 1972; Leff, 1982), capitalismo tardio (Mello, 1990) e a industrialização intencionalmente promovida pelo governo (Versiani, 1979), efeito de encadeamento ou crescimento econômico induzido (Suzigan, 2000).

faz-se uma revisão das principais explicações das origens da industrialização do Brasil, contextualizando este processo como parte do processo de expansão da economia-mundo capitalista do século XIX. Por fim, na Seção 5, apresentam-se as considerações finais.

ECONOMIA NACIONAL VERSUS ECONOMIA-MUNDO

Em “*Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*”, Suzigan optou pela teoria do crescimento econômico induzido por produtos básicos proposta por Watkins (1963)³ e pela abordagem do encadeamento generalizado de Hirschman⁴ (1981). A essência da tese é que a expansão das exportações induz o investimento em outras atividades da economia doméstica, ou seja, gera um efeito de encadeamento. (SUZIGAN, 2000, p. 70).

Nas palavras de Hirschman (1981:75), “[...] o desenvolvimento é essencialmente o registro de como uma coisa conduz a outra, e os *linkages* são esse registro, de um ponto de vista específico. Eles enfocam certas características inerentes às atividades produtivas já existentes em determinada época. Estas atividades, em virtude das suas características, impulsionam ou, mais modestamente, convidam alguns agentes econômicos a iniciar novas atividades. Sempre que isso ocorre há *linkage* entre atividade existente e a nova atividade [...]” (SUZIGAN, 2000, p. 70-71).

Quanto à vantagem dessa metodologia, “além de ser aplicável a qualquer produto básico, ela ajuda a entender as diferenças no desenvolvimento econômico (particularmente industrial) das diversas regiões (ou países) durante o período de crescimento voltado para a exportação” (SUZIGAN, 2000, p. 72). Do ponto de vista da capacidade ou do poder de explicação, a força do método do encadeamento global reside nos *linkages*, que permitiriam verificar as diferentes experiências nos distintos contextos históricos. Por isso, Suzigan, considera esta abordagem válida para interpretar a formação da indústria no Brasil ao longo do século XIX.

A hipótese de trabalho deste autor é “que o desenvolvimento industrial no Brasil no século XIX pode ser explicado como um resultado do crescimento da produção industrial induzido pela expansão do setor exportador” (SUZIGAN, 2000, p. 75).⁵

Que significa, neste caso, induzido pelo setor exportador? Se consideramos o fato de que o setor exportador só existe porque há uma demanda localizada em outros países, então poderemos modificar a afirmação de Suzigan e propor que a industrialização brasileira foi induzida pela industrialização inglesa – supondo que esta última se voltava às exportações – que sustentava a demanda pelos produtos brasileiros. Portanto, não é um fenômeno nacional e sim uma manifestação local (nacional) de um processo mundial.

No entanto, tanto a abordagem de Suzigan quanto as demais, compartilham o modelo analítico que elege a economia nacional como unidade de análise. Malgrado suas diferenças, as diversas interpretações da industrialização brasileira privilegiam os chamados fatores ou forças

³ WATKINS, M.A. Staple Theory of Economic Growth. In: *Canadian Journal of Economics and Political Science*, n. 29, vol. 2. p. 141-58, 1963.

⁴ HIRSCHMAN, A.O. A Generalized Linkage Approach to Development, with Special Reference to Staples. In: HIRSCHMAN, A.O. *Essays in Trespassing: Economics to Politics and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

⁵ Segundo ele, essa relação entre a expansão do setor exportador e o crescimento industrial prevaleceu até o início do século XX, sofrendo uma redução no grau de correlação a partir de 1900. Para o período 1855-1939, Suzigan consegue apresentar respostas consistentes quanto à constituição de indústrias a partir de meados do século XIX. Ele percebe três fases nesse período de formação da indústria no Brasil: anterior a Primeira Guerra Mundial (1855-1914), quando o crescimento industrial pode ser explicado pelo efeito de indução do setor exportador; entre 1914-1929, quando o padrão de investimento industrial tornou-se mais complexo, mas, ainda assim, fortemente induzido pelo setor exportador; e o período 1929-1939, que se constituiu num ponto de inflexão no padrão de investimento industrial (SUZIGAN, 2000, p. 364-66).

endógenas. Longe de ser uma exceção, esta perspectiva é perfeitamente coerente com o que tem sido o substrato comum das ciências sociais, as quais explicitam ou veladamente, adotaram a sociedade nacional como unidade de análise. Assim, Estado nacional e/ou economia nacional são conceitos *a priori*, verdadeiros axiomas cujo questionamento parece estar fora do campo de possibilidades. As ciências sociais e também o pensamento econômico, continuam ancorados no espaço nacional.

No presente texto, em lugar de supor uma “economia nacional”, considerar-se-á que os processos de acumulação são processos mundiais, que obviamente, ocorrem dentro de fronteiras nacionais. Foi tomando esta afirmação a sério, e não fazendo abstração de tempo e espaço, que Wallerstein (1979), desenvolveu lógica e historicamente o conceito de economia-mundo capitalista, formada por uma rede de cadeias mercantis que atravessam um grande número de espaços políticos. Temos então um único sistema econômico num espaço (mundial) dividido em jurisdições políticas (os Estados nacionais) formalmente autônomas, que através das relações que estabelecem entre si constituem o sistema interestatal.

Nesta perspectiva, as “economias nacionais” passam a ser vistas como partes da economia-mundo capitalista. Portanto, os processos econômicos ocorridos dentro dos espaços nacionais, não podem ser vistos como originários destes espaços, mas da economia-mundo e das forças que a dirigem. Dessa forma, como o objeto de estudo deste artigo é a origem na indústria no Brasil, e que este está inserido numa economia-mundo capitalista, falar das origens da industrialização brasileira requer falar do processo de consolidação da indústria no moderno sistema mundial.

3. INDÚSTRIA NO SÉCULO XIX

Um dos princípios metodológicos básicos da Economia Política dos Sistemas-Mundo é considerar que o sistema capitalista mundial é ao mesmo tempo um sistema de governo e um sistema de acumulação e que foi a união do capitalismo com o estado nacional que deu origem ao que hoje conhecemos como o moderno sistema mundial (Wallerstein, 1979). Nesta perspectiva os processos de acumulação de capital não podem ser considerados externos às lutas entre os estados nacionais em formação e (afirmação) desde o século XV. Por esta razão, a industrialização precisa ser situada no processo de elevação da Grã-Bretanha, entre o fim do século XVIII e o início do XIX, à condição de potência hegemônica. O triunfo inglês no século XIX, como assinalou Braudel (1998b), esteve associado ao fato da Inglaterra ser o centro do mundo. O status inglês não foi, é claro, uma construção repentina, esteve conjugado num agrupamento de circunstâncias locais e sistêmicas que deram à Grã-Bretanha poder e iniciativa capitalista suficientemente fortes para reorganizar a geografia política-comercial do mundo. Capitalismo nacional e territorialismo foram os fatores do sucesso inglês. A indústria inglesa, apesar de não ser o único fator causal, teve papel estratégico no processo de construção da hegemonia britânica ao estabelecer relações de complementaridade, permitir a acumulação de capital com maior valor agregado e até mesmo servir como arma na guerra pelo *status* mundial. (ARRIGHI, 1996).

3.1. Inglaterra: imperialismo e livre comércio

A consolidação do Sistema de Estados-Nacionais com a Holanda, em 1648 (Tratado de Vestfália), não pôs fim a disputa interestatal. Os anos transcorridos entre 1652 até a assinatura do Tratado de Viena (1815), foram marcados pela disputa da hegemonia mundial entre as potências imperialistas, França e Inglaterra. Este período pode ser dividido em três fases: I) tentativa fracassada de incorporação dos Estados Capitalistas⁶; II) incorporação das fontes de riqueza e poder dos Estados capitalistas; e, por fim, III) a vitória britânica na Guerra dos Sete Anos (1756-63)

⁶ Arrighi (1996) denomina territorialistas os estados que para aumentar seu poder adotavam a estratégia de conquistar territórios e de capitalistas aqueles que, como o mesmo fim, priorizavam as estratégias de acumulação de capital.

(ARRIGHI, 1996). Inicialmente, a tentativa de incorporar os Estados capitalistas pelos governantes territorialistas mostrou-se ineficaz, uma experiência que levou os governantes territorialistas a repensarem suas estratégias, dando, assim, início à segunda etapa, quando os esforços de Inglaterra e França passam a se concentrar, como afirma Arrighi (1996, p. 48), “(...) na incorporação das fontes de riqueza e poder do Estado capitalista, em vez de tentarem incorporar o próprio Estado”. Esta estratégia levou, sobretudo, a Inglaterra a um novo modelo de fusão capitalista e territorialista, sendo que três componentes correlacionados permitiram esta síntese: colonização direta; escravidão capitalista; e a gestão da economia nacional.

A colonização direta nas Índias foi a forma encontrada para contrabalançar os Estados Ibéricos que haviam se antecipado com a expansão ultramarina. A escravidão capitalista fora ao mesmo tempo condição e resultado da colonização direta, resolvendo primeiramente a escassez de mão-de-obra e, secundariamente, possibilitando a lucratividade nas economias coloniais. Como condição suficiente na segunda etapa da luta pela supremacia mundial, apresenta-se a gestão da economia nacional. Ao transformar grande parte dos seus custos de proteção em receita, a Inglaterra fez com que as guerras se auto custeassem, estimulando o desenvolvimento de sua economia doméstica. (ARRIGHI, 1996, p. 49-51).

A terceira e última fase da luta pela supremacia mundial, foi marcada pela Guerra dos Sete Anos (1756-63). Caracterizou-se também pelo caos sistêmico da hegemonia holandesa. A Grã-Bretanha só veio a tornar-se hegemônica, pois conseguiu, no caos sistêmico, estabelecer uma nova ordem mundial que não só estabeleceu os novos mecanismos de regulação de mercado favoráveis ao desenvolvimento de uma indústria mundial como também conseguiu administrar as rebeliões sociais que até então não tiveram papel de destaque nas grandes transformações mundiais.

Portanto, a nova ordem mundial inglesa expandiu e suplantou o sistema de Vestfália em três aspectos distintos, porém inter-relacionados: um novo grupo de nações, no qual o Brasil fez parte, uniu-se ao grupo de Estados Dinásticos⁷; o imperialismo colonial foi substituído pelo imperialismo de livre comércio⁸; e a invenção (e difusão) do credo liberal do mercado auto-regulável (POLANYI, 1980)⁹.

O desenvolvimento econômico brasileiro ocorrido a partir de meados do século XIX deve e só pode ser adequadamente entendido se inserido nesse conjunto de transformações que a Grã-Bretanha implementou no sistema capitalista mundial. Almeida (2001, p. 61) compartilha esta observação: “A Revolução Industrial, na qual a Grã-Bretanha exerceu a liderança histórica, serviu antes de mais nada para unificar os mercados mundiais, constituindo a segunda fase dos processos de globalização da era moderna contemporânea. O século XIX é essencialmente britânica, e não apenas para o Brasil”.

Antes de discutir a questão da formação industrial no Brasil, cabe verificar como o industrialismo participou no processo de construção da hegemonia inglesa e como a associação do capitalismo nacional e o Estado inglês deram forma à economia-mundo capitalista no século XIX.

⁷ “Primeiro, um novo grupo de nações uniu-se ao grupo de Estados dinásticos e oligárquicos que havia composto o núcleo original do Sistema de Vestfália. Esse novo grupo compôs-se, basicamente, de Estados controlados por comunidades nacionais e de proprietários que haviam conseguido emancipar-se de velhos e novos impérios. Assim, as relações interestatais começaram a ser geridas, não pelos interesses, ambições e emoções pessoais monarcas, mas pelos interesses, ambições e emoções coletivos dessas comunidades nacionais” (Carr, 1945, p. 8 *apud* ARRIGHI, 1996, p. 53).

⁸ “Esse ressurgimento da dominação imperial constitui, de fato, a principal razão para se designar a hegemonia mundial da Grã-Bretanha no século XIX pela expressão imperialismo de livre comércio – expressão que usamos não apenas para enfatizar o domínio britânico sobre o sistema mundial, mediante a prática e a ideologia do livre comércio, como fazem Gallagher e Robinson, mas também é essencialmente para sublinhar as bases imperialistas do regime britânico de governo e acumulação em escala mundial com bases no livre comércio” (ARRIGHI, 1996, p. 54).

⁹ “O Sistema de Vestfália baseara-se no princípio de que nenhuma autoridade operaria acima do sistema interestatal. O imperialismo de livre comércio, ao contrário, estabeleceu o princípio de que as leis que vigoravam dentro e entre as nações estavam sujeitas à autoridade superior de uma nova entidade metafísica – um mercado mundial, regido por suas próprias ‘leis’ –, supostamente dotado de poderes sobrenaturais maiores do que tudo o que o papa e o imperador jamais houvessem controlado no sistema de governo medieval” (ARRIGHI, 1996, p. 55).

3.2. Industrialismo e os mecanismos de regulação de mercado

3.2.1. Aspectos internos da formação industrial inglesa no século XVIII

A explicação para Inglaterra ter utilizado, no século XIX, a indústria como a principal forma de acumulação de capital, tornando-se a principal nação industrial, reside no fato de a indústria manufatureira ter se espalhado pelo interior do país desde a metade do século XVIII. Esta disseminação das manufaturas que praticamente eliminava o camponês clássico, teve três conseqüências importantes: (a) ampliou as malhas da economia monetária; (b) levou os proprietários de terras a interessar-se pelas minas – cuja exploração lhes rendia royalties – existentes em suas terras e pelas manufaturas localizadas em suas aldeias; e (c) a classes dos manufatureiros passaram a intervir na definição das políticas econômicas (HOBSBAWM, 2000, p. 29).

Em que pese esta precoce expansão da manufatura e do comércio, o pleno florescimento da indústria foi estimulado por condições políticas particulares. Embora a classe dirigente fosse a aristocracia rural, seu núcleo duro era formado por cerca de 200 pessoas saídas das famílias *Whigs*, que já haviam entendido de onde provinha seu poder:

Os grandes Whig (embora menos que os fidalgos rurais Tory) sabiam muito bem que o poder do país, e, por conseguinte, o deles próprios, repousava numa disposição de ganhar dinheiro ativa e comercialmente. Sucedia que em 1750 não havia ainda muito dinheiro a ser ganho na indústria. Quando chegasse o momento, não teriam grande dificuldade para se ajustarem à situação. (HOBSBAWM, 2000, p. 31).

Em resumo, percebe-se que “lançando vistas ao passado, pode-se, constatar que nenhum outro país se achava tão preparado para a Revolução Industrial”. Porém, convém esclarecer os motivos que conferem à revolução industrial o caráter de um fenômeno sistêmico capaz de transformar a Inglaterra e todo o moderno sistema mundial.

3.2.2. Consolidação da indústria inglesa no século XVIII

A classe média burguesa, ou seja, o capitalista inglês, obteve sucesso com a indústria por estar contido num ambiente oportuno, cujas especificidades favoreceram a consolidação da indústria ao mesmo tempo em que esta possibilitou a expansão da burguesia e do Estado inglês. Foram três as particularidades desse ambiente: o mercado interno, as exportações e o governo.

O mercado interno¹⁰ foi importante, pois devido ao espraiamento da produção manufatureira pelo interior da Inglaterra, estreitava as relações comerciais e financeiras, tornando-se assim o principal destino das mercadorias produzidas. O desenvolvimento acelerado do sistema de transporte britânico, a partir do começo do século XVIII, contribuiu para a redução dos custos de transporte de alimentos, bens de capital e carvão, da mesma forma que estes bens, atendiam a crescente demanda da vida urbana inglesa, principalmente Londres – “a maior cidade da Europa ocidental”. (HOBSBAWM, 2000, p. 40-45).

¹⁰ Não obstante a argumentação feita na seção 2, referente ao conceito de economia nacional, o mercado interno é entendido, neste ponto, como sendo uma área geográfica onde as trocas são estabelecidas. Deste modo, “o mercado interno, por grande e crescente que fosse, só podia crescer de quatro maneiras importantes, e três delas com toda probabilidade não seriam excepcionalmente rápidas. Poderia haver crescimento da população, que cria mais consumidores (e, naturalmente, mais produtores); uma transferência de pessoas, das rendas não-monetárias para rendas monetárias, o que cria mais clientes; um aumento da renda *per capita*, o que cria melhores clientes; e o advento de bens produzidos industrialmente, em substituição a formas mais antigas de manufaturas ou importações” (HOBSBAWM, 2000, p. 40).

As exportações eram importantes porque no longo prazo se expandiram muito mais que o mercado interno. Por exemplo, entre 1750 e 1770, a produção para o mercado interno cresceu 7% e para o mercado externo cresceu 80%. Essa evidente dinâmica, está associada à terceira particularidade (a ação do estado), na medida em que foi propiciada pela conquista de novos mercados através de tratados comerciais e/ou uso da força. (HOBBSAWM , 2000, p. 45-46). Ambos os meios expressavam a hegemonia da Grã-Bretanha no sistema interestatal, pois esta hegemonia implica tanto liderança como capacidade de coerção. Aqui deve ser destacada que, a conquista de novos mercados e o fortalecimento do aparelho estatal, reforçavam-se mutuamente: “a conquista de mercados através da guerra e da colonização exigia não apenas uma economia capaz de explorar tais mercados, como também um governo disposto a empreender a guerra e a colonização em benefícios dos manufatureiros”. Hobsbawm (2000, p. 46) De forma mais específica:

O que Gresham propôs a Elisabeth, no início da expansão financeira de fim do século XVI, foi forjar um novo tipo de aliança: um bloco verdadeiramente nacional, formado pelo poder do dinheiro e o poder das armas, uma aliança entre a ‘nação’ inglesa que se estava retirando de Antuérpia e o Estado inglês. O craque de 1557-62 havia revelado a fraqueza fundamental da monarquia inglesa e do capital mercantil inglês em suas respectivas esferas de ação, frente ao poder esmagador do bloco genovês-ibérico. A avaliação de Gresham foi que uma aliança mútua e mais estreita permitiria a ambos derrotar a concorrência nas duas esferas. Quando escreveu, dizendo que tal aliança permitiria que Elisabeth mostrasse seu verdadeiro poder a todos os princípios estrangeiros, Gresham por certo também considerou, embora não o expressasse, que essa aliança lhe permitiria demonstrar seu próprio verdadeiro poder a todos os comerciantes estrangeiros (ARRIGHI, 1996, p. 196).

Deste modo, a união entre o capital inglês com Estado britânico, que vem desde o século XVI, pôde “subordinar *toda* a política externa aos objetivos econômicos” (HOBBSAWM , 2000, p. 46). Assim, entre as três particularidades comentadas anteriormente, o Estado surge como condição necessária à da supremacia do capitalismo inglês na economia-mundo capitalista. Dito de outra forma, era com o respaldo velado ou explícito do Estado, que os capitalistas ingleses estabeleciam e legitimavam as redes de comércio por meio de tratados e acordo internacionais. Este reforçamento recíproco foi o que permitiu ao estado e aos capitalistas ingleses colocarem-se, respectivamente, no topo do sistema interestatal e dos processos de acumulação.

Ao fazerem isso, reproduzem uma característica da economia-mundo capitalista. Diga-se passagem, que explicar este processo foi o objetivo de Arrighi quando escreveu *O Longo Século XX*. Para este autor, “(...) a transição realmente importante, que precisa ser elucidada, não é a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um poder concentrado. O aspecto mais importante dessa transição é a fusão singular do Estado com o capital, que em parte alguma ser realizou de maneira mais favorável ao capitalismo do que na Europa” (ARRIGHI, 1996, p. 11).

3.2.3. Aspectos institucionais do “livre” mercado

A fusão singular da qual trata Arrighi é a principal característica do capitalismo histórico, e a fusão entre o capitalismo nacional inglês com o estado britânico, ou seja, uma aliança verdadeiramente nacional, foi a condição *sine qua non* da extraordinária expansão da industrialização e da hegemonia britânicas no século XIX. Essa expansão está diretamente relacionada com a criação do mercado mundial, ou melhor, ela mesma foi parte da criação do mercado mundial, pois foi este que abriu as portas do mundo para as manufaturas inglesas.

Estabelecer uma nova ordem mundial de forma a organizar esse mercado foi a função do Estado inglês no século XIX. Dois foram os instrumentos para a configuração dessa nova ordem mundial, além da guerra, a adoção do “padrão-ouro” e o “constitucionalismo”. (POLANYI, 1980, p. 32).

“O padrão-ouro foi o mecanismo chave pelo qual a Grã-Bretanha unificou as várias jurisdições políticas em um mercado mundial”. (McMICHAEL, 2000, p. 673). A adoção deste pelos ingleses, era uma necessidade para viabilizar o comércio exterior da Grã-Bretanha, na medida em que taxas de câmbios “estáveis se tornaram fundamentais para a própria existência da economia inglesa. Londres se tornara o centro financeiro de um crescente comércio mundial. Entretanto, só a mercadoria dinheiro poderia servir a esta finalidade. (...) Daí entrar em evidência o padrão-ouro – o nome aceito para um sistema de mercadoria internacional (...)” (POLANYI, 1980, p. 194).

O segundo instrumento a que se fez referência, o “constitucionalismo”, foi utilizado pelo governo inglês para reprimir o Cartismo¹¹, que exigia a “entrada dos deserdados nos limites do estado”. A reação do governo foi a separação das esferas econômica e política, através do constitucionalismo: “na Inglaterra, tornou-se uma lei não escrita na constituição que deveria ser negado o voto à classe trabalhadora. Os líderes cartistas foram presos; seus partidários que atingiam milhões foram ridicularizados (...)” Dessa maneira, a “propriedade industrial” foi protegida, e o povo “foi isolado do poder de sua própria vida econômica”. (POLANYI, 1980, p. 222-223).

Com tudo, esses dois instrumentos não operaram sozinhos. Polanyi (1980, p. 23) ainda destaca mais dois: “o mercado auto-regulável” e o “estado liberal”. Os quatro instrumentos eram conduzidos por uma instituição “*sui generis*”, que organizou a vida econômica e política do mundo entre 1870 e 1930: a *haute finance*¹², que apesar de estar “estritamente ligada” aos bancos centrais e aos governos, atuava de forma independente a eles. (POLANYI, 1980, p. 29).

Os Rothshilds não estavam submetidos a *nenhum* governo; como família, eles incorporavam o princípio abstrato do internacionalismo; sua lealdade era para com uma firma, cujo crédito se tornara o único elo supranacional entre o governo político e o esforço industrial numa economia mundial em rápido crescimento. Em última instância, sua independência se originava das necessidades da época, que exigia um agente soberano, digno da confiança tanto dos estadistas nacionais como do investidor internacional. (POLANYI, 1980, p. 29, grifo do autor).

Além disso, os banqueiros judeus que personificavam a *haute finance*, “não eram realmente pacifistas; haviam feito fortuna financiando guerras; eram impermeáveis a qualquer consideração moral; não faziam objeção a qualquer número de guerras, pequenas, breves ou localizadas”. Contudo, perderiam muito se houvesse uma guerra generalizada entre as “Grandes Potências”. A atuação da *haute finance* era ampla, “como centro atuante de participação bancária nos sindicatos e consórcios, nos grupos de investimentos, de empréstimos estrangeiros ou outras transações de escopo ambicioso, tinha que procurar a cooperação dos bancos nacionais, do capital nacional, da finança nacional” (POLANYI, 1980, p. 29-30).

Em resumo, a aliança verdadeiramente nacional firmada entre os capitalistas ingleses e o Estado britânico, articulou um conjunto de instrumentos jurídicos, econômico, políticos e militares para ampliar as fronteiras geográficas necessárias à acumulação incessante de capital. Não obstante

¹¹ “Movimento de reforma democrática na Inglaterra (1838-1848) cujos princípios estavam consignados na chamada ‘People’s Charter’”. (HOBSBAWM, Eric, J. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 33).

¹² Para mais detalhes deste grupo de banqueiros internacionais ver Polanyi, *op. cit.*, p. 28 e seguintes.

a vivacidade de alguns capitalistas industriais, a *haute finance*, como observou Polanyi, foi a grande mestra desta obra que transformou o mundo.

Diante de todos os argumentos apresentados até agora, como pode ser entendido o industrialismo? Os diversos aspectos levantados – padrão monetário metálico, a guerra, os acordos e fundamentalmente a aliança capital-estado, as diversas temporalidades – permitem afirmar que a formação da indústria inglesa ou a revolução industrial foi o resultado de diversas forças que atuaram por um longo tempo. Concordando com Nef, “pode-se encarar a ascensão do industrialismo como um longo processo, que remonta a meados do século XVI e prossegue até o triunfo final do Estado industrializado, no fim do século XIX. Essa visão é mais apropriada do que a que aponta um fenômeno repentino, associado ao fim do século XVIII e início do XIX” (Nef, 1934, p. 22-3 *apud* ARRIGHI, 1996, p. 193).

Vejamos, por fim, alguns aspectos da experiência inglesa podem ser úteis para interpretar a formação industrial no Brasil. Primeiro, a industrialização é um processo de longa duração, que deve estar conjugado tanto a condições locais quanto sistêmicas. Segundo, não é ação estatal nem a iniciativa privada isoladamente que permitem concentrar força suficiente para elevar uma determinada região na hierarquia mundial. Terceiro, é preciso que a acumulação de capital através da indústria seja parte da estratégia de aumento de poder de um determinado estado. Quarto, não é a indústria em si mesma que determina posição de uma região na hierarquia da riqueza mundial, mas sim a capacidade desta região concentrar atividades que carregem para ela a riqueza mundial, seja através da indústria, do comércio, das finanças e dos serviços.

4. REVISITANDO AS ORIGENS DA INDÚSTRIA NO BRASIL.

Quando analisada a partir da EPSM, a formação industrial no Brasil aparece mais como um reforço da atividade primário-exportadora do que uma força em direção à autonomia política e econômica da nação. A missão libertadora da indústria é compartilhada por muitos analistas:

Abriu-se o século XIX sob o signo de progresso, da industrialização e a todas as nações era dado aspirar à posição já alcançada pela Inglaterra. Essa será, para os povos ainda submetidos ao regime colonial e que iniciaram então as suas lutas pela emancipação, **uma aspiração complementar à da independência política, pois a industrialização revelar-se-á elemento necessário e indispensável à independência econômica e, portanto, à grandeza e soberania nacionais** (LUZ, 1985, p. 28 grifo nosso).

A refutação deste enfoque pode ser feita através da comparação dos processos de formação da indústria na Inglaterra e no Brasil. Como já foi dito, a indústria moderna surge no século XVIII e consolida-se no século XIX, antes de tudo, como meio de acumulação de capital e de afirmação do Estado Britânico e da sua elevação à condição de potência hegemônica. Contudo, a indústria sozinha não teria sido capaz de permitir um novo regime de acumulação. Se o fez, foi porque se conjugou com um Estado que estava preparado para criar as condições necessárias – um sistema monetário mundial estável, ampliação dos mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas através de tratados ou da guerra, a ideologia do livre comércio – ao pleno desenvolvimento de atividades industriais, legitimando-as frente aos seus cidadãos e às outras nações do sistema mundial moderno. No caso britânico, a capacidade do Estado para manipular o equilíbrio de poder do sistema de estados nacionais foi condição necessária ao sucesso da estratégia industrializante, que foi, portanto, resultado da união do capital com o Estado.

O que acontecia no Brasil no século XIX? No que toca ao Estado, simplesmente não existira um estado nacional. O Estado brasileiro, criado em 1822, refletia os três séculos de relações coloniais, mascarado em um governo consentido pela hegemonia britânica. Ora, um estado débil e alienado não é capaz de criar as condições necessárias para o padrão de desenvolvimento industrial. A sustentação interna do Estado era a nova classe de proprietários rurais originária da atividade

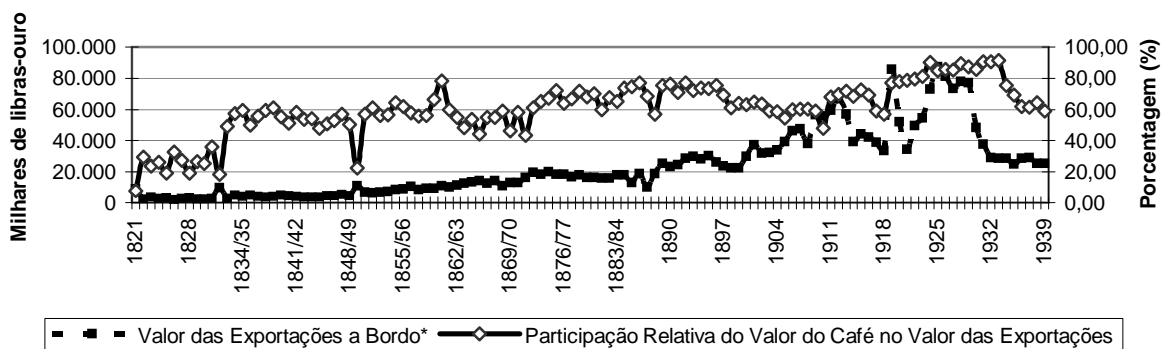
cafeeira¹³. Sendo assim, não havia também uma classe interessada em servir-se da indústria para aumentar seu poder.

Portanto, para sustentar a proposição de que a indústria nascente no Brasil, no século XIX, foi condição necessária para a manutenção e expansão da atividade agrário-exportadora, e que existem implicações interpretativas decorrentes da adoção do sistema nacional como unidade de análise, procura-se nesta seção destacar dois aspectos que tentam validar nossos argumentos: O primeiro tratará das relações do Brasil com a economia-mundo capitalista nesse período; o segundo abordará as recorrências históricas que se conservaram desde o século XVI. Deste modo, não cabe aqui descrever o tipo de indústria da “primeira revolução industrial” que se instalou no Brasil, pois, Suzigan (2000) já o fez com admirável detalhamento. O que cabe sim, é questionar o porquê da instalação deste tipo de indústrias, haja vista que a Inglaterra já havia superado há bastante tempo - pelo menos uns 50 anos - a etapa da produção de tecidos grosseiros e de maquinaria e implementos agrícolas simples, etc.

4.1. Especificidades locais da industrialização brasileira.

A partir da metade do século XIX, aumentam as exportações brasileiras de produtos primários – café, borracha, algodão, açúcar e o fumo (ver Gráfico 1).

Gráfico 1 - Valor da exportação a bordo no Brasil, 1821-1939



* Formam computados os valores dos seguintes itens exportados: açúcar, algodão, Borracha, Cacau, Café, Fumo.
Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, Estatísticas do Século XX.

Na perspectiva da EPSM, importa mostrar que este comércio expressa a posição do Brasil na divisão mundial do trabalho e no Sistema Interestatal.

Visto que em cada região do mundo as classes dirigentes (oligarquia industrial na Inglaterra e os cafeicultores no Brasil) procuraram, a partir das bases econômica e militar de que dispunham, aproveitar as oportunidades que se lhes apresentavam, segundo seus projetos de poder interno (em relação às classes subalternas locais) e externo (em relação aos demais Estados ou poderes regionais e mundiais) cabe perguntar: que lugar as classes dirigentes brasileiras pretendiam e podiam ocupar na divisão mundial do trabalho e na hierarquia do sistema interestatal?

¹³ Para o período logo após a independência Almeida (2001) faz uma consideração fundamental no que tange a diplomacia, mas que deve ser ampliada às outras instituições no mesmo período, para aqueles que se propõe a estudar e interpretar a história do Brasil. “A classe dirigente brasileira, o que inclui obviamente a diplomacia, se esforça, é verdade, por romper com as amarras coloniais, introduzir novos equipamentos e inventos úteis à vida da nação e aumentar os padrões de produção e consumo. **Não se poderia, contudo, pensar a incipiente diplomacia ‘brasileira’ dessa época como um corpo constituído de funcionários de um *ethos* profissional típico de uma burocracia consolidada, dotada de idéias próprias ou defendendo princípios de política externa que já estariam consagrados numa política e numa prática de um Estado preexistente, que seria movido por uma nação clara de sua posição internacional.** Deve-se, sim, pensar essa diplomacia emergente como uma estrutura embrionária, atuando por ensaio e erro e refletindo em grande medida a experiência anterior do estamento diplomático português” (ALMEIDA, 2000, p. 64-65 grifo nosso).

O Brasil Imperial tinha uma classe dirigente composta por uma aristocracia de latifundiários, escravistas e exportadores de produtos primários¹⁴, cujos projetos de poder pareciam consolidados internamente e que no plano internacional não pretendiam ir além do Rio da Prata. E como mostra a emblemática trajetória do Barão de Mauá, essas classes dirigentes pretendiam que as coisas continuassem com eram e o Brasil devia desenvolver sua vocação agrícola. Ainda que por razões totalmente diferentes, Celso Furtado reconhece que não havia outro caminho:

“Ao observador de hoje, afigura-se perfeitamente claro que, para superar a etapa de estagnação, o Brasil necessitava reintegrar-se nas linhas em expansão do comércio internacional. (...) O problema brasileiro consistia em encontrar produtos de exportação em cuja produção entrasse como fator básico a terra (...), o único fator de produção abundante no país” (FURTADO, 2003, p. 116-122).

E por que a solução seria exportar produtos primários? Ora, porque essa via de desenvolvimento vinha sendo trilhada desde 1530 com o açúcar. Além disso, a condição de colônia não permitia nenhuma pretensão de constituição de um Estado nacional devido ao Pacto Colonial vigente até 1808. Assim, é verificável que a partir de uma condição mundial (sistêmica), estabeleceu-se uma especificidade local (a monocultura latifundiária exportadora) e sua reprodução por três séculos é suficiente para afirmar ser essa especificidade algo estrutural. Um exemplo estrito à indústria está no alvará de D. Maria I expedido pela Coroa, em 1785, que estabelecia quais eram as atividades a serem desenvolvidas pela metrópole e quais eram as permitidas na colônia (RENAULT, s/d, p. 13). Dessa forma, as manufaturas foram estancadas, sendo permitido apenas produção de vestimenta para os escravos e de tecidos usados para sacaria. Assim “o alvará da Coroa não oferecia outra alternativa: a Colônia tinha que importar os demais tecidos de que necessitasse” (RENAULT, s/d, p. 14). Simonsen acredita que o alvará teve dois objetivos:

mandando abolir as indústrias e fábricas do país – para não distrair braços da lavoura - e para assegurar uma diferenciação na produção entre a Metrópole e a Colônia, que permitisse o fomento do comércio e o aumento do consumo dos produtos industriais na Metrópole (SIMONSEN, 1969, p. 375).

A independência não veio alterar o ritmo do desenvolvimento econômico brasileiro. No começo do século XIX, o contexto mundial em que se deu a Independência em relação a Portugal era de absoluta afirmação da hegemonia britânica no plano político, militar e econômico. Foi no decurso das Guerras Napoleônicas que a potência hegemônica, em troca da proteção à monarquia portuguesa impôs a abertura dos portos (1808) e, em seguida, a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação (1810), que estabelecia uma taxa de 15% na importação dos produtos ingleses, inferior à dos produtos portugueses (16%) e muito abaixo das taxas de importação dos demais países europeus (24%). Do ponto de vista histórico, Luz (1985, p. 32) destaca que “o tratado de 1810 teve importantes implicações sobre o nosso desenvolvimento manufatureiro, pois atuou no sentido de retardar experiências, viáveis ou não economicamente, que de outro modo ter-se-iam já incorporado à nossa formação industrial”. Portanto, a independência em relação a Portugal não rompeu a situação estrutural recorrente de região primário-exportadora. Isso se confirma em 1827 quando foi assinado outro tratado, no qual “o governo brasileiro reconheceu à Inglaterra a situação de potência privilegiada, autolimitando sua própria soberania no campo econômico”¹⁵ (FURTADO, 2003, p. 43).

¹⁴ Com “a eliminação do poder pessoal de D. Pedro I, em 1831”, dá-se “a ascensão definitiva ao poder da classe colonial dominante formada pelos senhores da grande agricultura de exportação.” (Furtado, 2003, p. 99-100)

¹⁵ É curioso ver que Furtado chama de autolimitação algo que nada mais é do que a condição *sine qua non* como ele mesmo atesta (*op. cit.*, p. 99) para que a Independência fosse reconhecida pela Inglaterra. Ou seja, como parece ser

A Inglaterra faz uso de sua condição de supremo poder mundial do período:

“A Inglaterra se prevalecerá largamente deste domínio; no que se refere ao Brasil, cuidará zelosamente de preservar a liberdade do seu comércio de que se fizera a grande beneficiária. A abertura dos portos brasileiros representa assim uma concessão que embora de caráter provisório, estava assegurada pelos dominantes interesses ingleses. Fazia-se impossível o retorno ao passado. E o Brasil entra assim definitivamente na nova etapa do seu desenvolvimento. Desfazia-se a base essencial em que assentava o domínio metropolitano e que consistia, vimo-lo anteriormente, precisamente no monopólio do comércio colonial. Com a abertura dos portos brasileiros e a concorrência estrangeira, sobretudo inglesa, contra que Portugal não se achava em condições de lutar, estava abolido de um golpe o que havia de realmente substancial na dominação metropolitana. Daí por diante esta se pode considerar **virtualmente extinta**” (PRADO Jr., 1976, p. 128 grifo nosso).

Considerar virtualmente extinta a relação colonial que se impunha ao Brasil desde o século XVI é, em certo sentido, admitir o não rompimento real dessa forma de relação. Portanto, no que tange à indústria, a reação dos industriais brasileiros a todas as conseqüências dos acordos estabelecidos antes e depois da independência verificou-se, em 1820, com o nascimento de uma associação profissional favorável à industrialização, a Sociedade auxiliadora da Indústria Nacional. (CARONE, 1977, p. 6). Não obstante à criação formal, foi a partir de 1867 e sobretudo em 1880, que a Associação passou a atuar em sentido completo. Mesmo assim, durante a segunda metade do século XIX o agrarismo reinou triunfante, sendo a indústria estimulada sem alusão explícita, como conseqüência do efeito de uma política tributária do Estado brasileiro, e/ou como resultado da reestruturação do próprio sistema histórico no qual o Brasil estava contido.

O vencimento do Tratado de 1810, em 1844, marcou o início aparente de uma nova fase de possibilidades ao desenvolvimento da indústria. Segundo Luz (1985, p. 35), “esta nova fase da industrialização brasileira, cujo núcleo fundamental era constituído pela indústria têxtil do algodão, distinguiu-se da primeira por não se apoiar mais nos privilégios e subvenções estatais, mas por reivindicar essencialmente uma tarifa protecionista e apresentar, portanto, um cunho mais acentuadamente nacionalista¹⁶”. A tarifa Alves Branco foi o marco deste novo período. Contudo, a efetividade na estratégia protecionista revelou-se insuficiente. Duas condições estruturais explicam o insucesso: o agrarismo – sustentado na posição ocupada divisão mundial do trabalho – e a condição periférica mundial do Brasil na economia-mundo capitalista no século XIX, que, repita-se, é causa e conseqüência da anterior.

O agrarismo influenciava o Estado em decorrência do peso que a taxaço das exportações exerciam sobre as receitas do Estado. As repercussões sobre a receita estatal da decisão de atender os interesses dos capitalistas cafeicultores ou dos capitalistas industriais impunham-se sobre a decisão do Governo Imperial na decisão das políticas econômicas. Luz capta bem este conflito:

uma condição estrutural aqui no Brasil, as classes que ascendem ao aparelho do estado precisam fazer concessões àqueles que atuam como fiadores e garantidores desta ascensão.

¹⁶ Ao discutir o pensamento industrial brasileiro, Carone (1977) estabelece duas fases distintas do pensamento nacionalista. “Em nenhuma delas ele toma caráter radical e nacionalizar. Ele é acentuadamente ufanista e de conteúdo estreito, vinculado ao problema em si, o da defesa da produção industrial; na segunda fase, ele se amplia e o nacionalismo toma sentido abrangente, tratando não só da defesa da indústria, mas ligando-se a um conteúdo mais largo e geral” (CARONE, 1977, p. 9-10) De fato, “as definições de nacionalismo apresentam certo tom antiimperialista, que se limita a acuar, mas não chega a se concretizar em atos radicais. Deste modo, os nacionais percebem que a organização do sistema e expansão da produção estrangeira são uma ameaça contínua para nós, mas isso se traduz na afirmação de que a indústria estrangeira alimenta, ‘numa preocupação imediatista, conquistar, à *outrance*, os mercados internos’ (FIESP, 1937)” (CARONE, 1977, p. 10).

“Em vistas dessas circunstâncias, os industrialistas não conseguiam impor seus pontos de vista, nem obter tarifas realmente protecionistas. Os dirigentes brasileiros defrontados com o dilema – **promover a industrialização do país, que reconheciam ser uma necessidade nacional, ao atender, ao mesmo tempo, os interesses da lavoura** – hesitaram em adotar uma política francamente protecionista. De outro lado, **repousando o sistema tributário brasileiro na renda alfandegária que, na década de cinquenta constituía 62% da arrecadação total do país**, exigiam as necessidades orçamentárias uma tarifa essencialmente fiscal” (LUZ, 1985, p. 36 grifo nosso).

Villela (2005, p. 60) também argumenta que “o exame da evolução da política tarifária no II Reinado revelou que esta visou primordialmente a maximização de receita tributária”. Deste modo, tanto a consideração de Luz quando de Villela sugerem que, mesmo a partir da tarifa Alves Branco (1844), as políticas econômicas não tinham o objetivo direto de favorecer a indústria. Dito de outra forma, as políticas tarifárias do império afetaram a industrialização de forma indireta, pois conforme destaca Villela (2005, p. 60), a tarifa “(...) teve papel comparativamente subsidiário na determinação do custo real das importações no período”, ou seja, reduziu os custos de importação.

Essa atitude do governo imperial em procurar maximizar sua receita e conseqüentemente orientar a política econômica preferencialmente às atividades primário-exportadoras é derivada da liberalização comercial promovida a partir de 1808. Já tivemos oportunidade de argumentar que o imperialismo do livre comércio empreendido pela Grã-Bretanha exigiu do novo conjunto de nações que, como o Brasil, vieram a fazer parte do Sistema Interestatal, a abertura dos seus mercados como condição para seu reconhecimento. A iniciativa britânica supunha que esta liberalização reafirmaria as respectivas posições na divisão mundial do trabalho: a Grã-Bretanha exportaria produtos manufaturados e compraria do Brasil produtos primários. Com isso, a balança comercial brasileira (e de outras regiões do mundo) tornar-se-ia quase permanentemente deficitária no século XIX em diante. O financiamento do déficit daria origem ao processo de endividamento:

O déficit será saldado pelo afluxo de capitais estrangeiros, sobretudo empréstimos públicos, que efetivamente começam a encaminhar para o Brasil desde que o país é franqueado ao exterior. Mas isto representa apenas uma solução provisória. Que de fato ia agravando o mal pra o futuro, pois significava novos pagamentos sob forma de juros, dividendos, amortização, e portanto, novos fatores de desequilíbrio da balança externa de contas. **A economia brasileira ficará na dependência de um afluxo regular e crescente daqueles capitais estrangeiros de que não poderá mais passar sem as mais graves perturbações;** e estas se verificarão cada vez por um outro motivo tal afluxo é interrompido ou diminui seu ritmo (PRADO Jr, 1976, p. 133 grifo nosso).

O problema do balanço de pagamentos brasileiro apontado por Prado Jr. revela, de fato, a nova forma de controle do centro da economia-mundo sobre as áreas periféricas. O livre cambismo inglês requereu o fim do Pacto Colonial, porém, ao mesmo tempo, impôs por meio de relações comerciais e financeiras uma nova forma de dominação implícita que consistia em transformar estas áreas em consumidoras dos produtos manufaturados ingleses e fornecedores de matérias-primas às indústrias inglesas.

No moderno sistema interestatal a dívida pública expressa e reflete a alienação do Estado¹⁷. No caso brasileiro esta alienação significou a captura do estado pelos capitalistas

¹⁷ “O endividamento nacional, isto é, a alienação do Estado – seja ele despótico, constitucional ou republicano – imprimiu sua marca na era capitalista. (...) Como pelo toque de uma vara de condão, [a dívida pública] confere ao dinheiro estéril capacidade de multiplicar-se e, com isso, transforma-o em capital, sem a necessidade de que ele se

latifundiários exportadores, inibindo o sucesso das políticas industrializantes. Em outras palavras, o Estado nacional, **formalmente** constituído em 1822, não possuía força suficiente para mudar as estruturas formadas nos 322 anos anteriores. Isto porque a manutenção e reafirmação da produção de produtos primários interessava à nova potência mundial – a Grã-Bretanha – e aos latifundiários exportadores de café. Salta aos olhos a convergência dos interesses britânicos com os brasileiros.

Contudo, durante o Segundo Reinado, as políticas tarifárias com finalidade fiscal apresentam certo sentido do ponto de vista do Estado brasileiro que lutava para fechar as contas. Nestas condições, explica-se porque estava preso às exportações e não podia pensar em dar atenção à indústria. Isto não significa que não ocorreu desenvolvimento industrial. Mas o que pode ser dito é que os impulsos industrializantes que Suzigan (2000) percebe – entre fins da década de 1860 e início da de 1870, na década de 1880 e princípios da de 1890, nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, na década de 1920 e de 1933 em diante – parecem não ter ocorrido até a década de 1930 como resultado da união deliberada do Estado Brasileiro com capitalistas industriais nativos. A atuação do governo local no que tange à industrialização, distintamente da Inglaterra, se deu de forma indireta, ou seja, o objetivo do Estado parece não ter sido para promover a industrialização.

4.2. Aspectos sistêmicos da industrialização brasileira.

Se no âmbito interno¹⁸ a industrialização encontrou barreiras na falta de convergência dos interesses dos capitalistas e do Estado nacional, o processo de reestruturação da economia-mundo capitalista, que começa a ocorrer a partir da década de 1860, se apresentou como impulso sistêmico às atividades industriais, porém sem alusão explícita tanto quanto foi a atuação do Estado. A Guerra do Paraguai (1864-1868), a Grande Depressão (a partir de 1873) e a difusão tecnológica expressam esses fatores. Vejamos como cada um destes eventos estimulou a indústria no Brasil.

A Guerra do Paraguai teve quatro conseqüências. Primeiramente, o impulso à industrialização não se limitou à indústria de tecidos, atingiu os setores de produtos químicos, instrumentos ópticos e náuticos, couros, vidros, chapéus, papel, etc. Uma segunda conseqüência foi o aumento das emissões de moeda, que veio a favorecer a expansão econômica. A terceira conseqüência foi o aumento da carga tributária para financiar os custos da guerra. Esse aumento da carga tributária acabou oferecendo à indústria nascente, por meio da tarifa Itaboraí (1869), que passou de 25% para 35%¹⁹, uma certa proteção. Por fim, como quarta conseqüência, destacam-se os empréstimos estrangeiros (11 milhões de libras)²⁰ para financiar o Estado e a Guerra do Paraguai. Segundo Fausto & Devoto (2004), “os gastos estatais com o serviço da dívida externa saltaram de 4,6% em 1865-66 para 12,2% em 1875-76”.

A Grande Depressão do século XIX (1873-1896), por sua vez, que tem início em Viena, espalhou-se pela Europa, “deixando um rastro de bancarrotas e desemprego”, deslocando-se depois para os EUA, causando a quebra da Bolsa de Nova Iorque²¹ (HOBSBAWM, 2002, p. 104). Ao atingir o Brasil, provocou “a falência de vários estabelecimentos de crédito, entre eles, o Banco Nacional e o Banco Mauá” (LUZ, 1985, p. 38). Mas a conseqüência mais importante da crise foi desgastar uma das estruturas da formação social brasileira. Ao afetar as fontes de financiamento da

exponha aos problemas e riscos inseparáveis de seu emprego na indústria ou até na usura. Os credores do Estado na verdade, não doa coisa alguma, pois a soma empresta é transformada em títulos públicos, fáceis de negociar, que podem continuar funcionando em suas mãos tal como o faria o dinheiro sonante” (Marx, 1959, p. 754-5 *apud* ARRIGHI, 1996, p. 13).

¹⁸ Interno significa dentro do território nacional.

¹⁹ Para um estudo da política tarifária do II Reinado ver Villela (2005).

²⁰ Para um retrato do período 1861-1870, ver Almeida (2001, p. 549).

²¹ O espraiamento da Grande Depressão do século XIX é percebido por Niveau (1969, p. 191) quando “estoura a crise na Alemanha e na Áustria a partir de maio de 1873, e em setembro de 1873 nos Estados Unidos, quando a depressão já vai adiantada. A falência de umas das grandes casas norte-americanas, ‘Jay Cooke and Co.’, não faz se não agravar o pânico. A Inglaterra é sobretudo atingida pela baixa das exportações e pelas retiradas de fundos líquidos em libras esterlinas que se achavam em mãos de estrangeiros”.

atividade cafeeira, “[a depressão econômica] veio abalar o próprio agrarismo e sua fé no cultivo do solo ‘altamente remunerador, mesmo com processos rotineiros’”. (LUZ, 1985, p. 38),

O progresso técnico das indústrias européias, todavia, trouxe ao Brasil uma nova geração de bens e serviços²² que reduziram os custos das matérias-primas exportadas para a Europa, principalmente para a Inglaterra. Castro (1979), mostra bem a evolução dos investimentos estrangeiro no Brasil entre 1860 e 1902 (ver Quadros 1 e 2, p. 14). Os investimentos ingleses em serviços básicos, principalmente ferrovias e bancos contribuíram para a ampliar as oportunidades de negócios no Brasil, incluindo-se o desenvolvimento das atividades industriais.

Em resumo, a Grande Depressão anunciou o fim do agrarismo, restringindo o peso da classe cafeeira no Estado brasileiro, apesar da reação deste em defesa dos preços do café. As consequências dessa crise deixaram o aparelho de Estado nacional mais exposto a novos grupos de interesse, pois com a elevação da dívida pública provocada pela abertura comercial, em 1808, e posteriormente pela Guerra do Paraguai, a estratégia adotada pelo Estado para conter a dívida por meio das políticas tarifárias, refletiu na redução dos custos de importação o que tornou possível o afluxo de máquinas e equipamentos para desenvolver atividades industriais. Dentro deste contexto, a difusão tecnológica promovida pelos capitais ingleses na forma de investimentos estrangeiros diretos, assegurou a ampliação do mercado consumidor brasileiro com a integração de novas áreas através das ferrovias, convertendo-se em aspecto positivo ao processo de acumulação de capital não só à Inglaterra como também ao Brasil.

²² “As estradas de ferro pareciam estar várias gerações à frente do resto da economia, e na verdade ‘estrada de ferro’ tornou-se uma espécie de sinônimo de ultramodernidade na década de 1840, como ‘atômico’ seria depois da II Guerra Mundial” (HOBSBAWM, 2000, p. 102-103).

QUADRO 1
Investimento Estrangeiro no Brasil por País de Origem
 Período 1860-1902 – Síntese
 (em libras)

País de Origem	Nº de empresas	Capital inicial	Modificações no capital	Obrigações (debêntures)	Total	%
Inglaterra	127	67.786.674	3.381.819	10.197.308	81.365.801	77,5
França	20	5.240.378	891.225		6.131.603	5,8
Alemanha	15	4.435.937			4.435.937	4,2
Bélgica	23	3.998.498	15.868	98.850	4.113.216	3,9
Canadá	1	1.228.082		1.228.082	2.456.164	2,3
Estados Unidos	8	2.400.598			2.400.598	2,3
Áustria-Hungria	2	1.631.034			1.631.034	1,6
Itália	5	1.833.041			1.833.041	1,7
Portugal	6	436.613			436.613	0,4
Argentina	2	120.000			120.000	0,1
Suíça	2	1.810			1.810	0,0
Total	212	89.112.665	4.288.912	11.524.240	104.925.817	

Fonte: CASTRO, A. C. *As empresas estrangeiras no Brasil 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 83.

QUADRO 2
Investimento Estrangeiro no Brasil por Setor de Destino
 Período 1860-1902 – Síntese
 (em libras)

Setores	Nº de empresas	Capital inicial	Modificações no capital	Obrigações	Total	%
1. Serviços Básicos	84	49.016.305	2.236.292	10.660.210	61.912.807	59,0
1.1 Ferrovias	32	27.161.066	2.153.725	6.727.028	36.041.819	34,3
1.2 Comp. De Gás	8	1.869.822	63.130	31.300	1.964.252	1,9
1.3 Iluminação e T.V.	6	3.269.305	19.437	1.228.082	4.516.824	4,3
1.4 Telef – Teleg	5	2.300.000		1.060.000	3.360.000	3,2
1.5 Portos	4	1.860.000		230.800	2.090.800	2,0
1.6 Comp. De Navegação	18	9.821.089		45.000	9.866.089	9,4
1.7 Obras Públicas	4	1.904.879		865.000	2.769.879	2,6
1.8 Serviços Particulares	7	830.144		68.000	898.144	0,9
2. Bancos	10	6.410.157	1.850.000		8.260.157	7,9
3. Comp. De Cred. E Inv.	3	2.120.000			2.120.000	2,0
4. Mineração	28	3.184.845	308.933	138.270	3.632.048	3,5
5. Seguros	47	18.349.844			18.349.844	17,5
6. Com X-M	16	5.548.513		360.000	5.908.513	5,6
6.1 Diversificado	6	3.858.939			3.858.939	3,7
6.2 Filiais	1	3.000			3.000	0,0
6.3 Café	3	1.060.000		360.000	1.420.000	1,4
6.4 Borracha	6	626.574			626.574	0,6
7. Prod. Agropec. – Div.	3	166.557			166.557	0,2
8. Ind. De Transf.	20	4.060.731	-106.313	365.760	4.320.178	4,1
8.1 Açúcar	13	2.946.270	-106.313	57.000	2.896.957	2,8
8.2 Bens de Capital	2	802.200			802.200	0,8
8.3 Alimentos	3	286.186		308.760	594.946	0,6
8.9 Miscelânea	1	26.075			26.075	0,0
9. Diversificadas	1	255.713			255.713	0,2
Total	212	89.112.665	4.288.912	11.524.240	104.925.817	

Fonte: CASTRO, A. C. *As empresas estrangeiras no Brasil 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 81.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, ao propor novas vistas a questão da origem da indústria no Brasil, a questão principal do artigo é como as especificidades brasileiras estão relacionadas aos fatores sistêmicos e como ambos, tidos como uma única causa, influenciaram o processo de industrialização do século XIX. Através desta breve discussão ao longo do texto tentamos mostrar que, de fato, não há dissociação entre específico e sistêmico. As particularidades existem e apresentam relativo grau de autonomia ao sistema histórico. Contudo, elas estão inscritas num conjunto maior, a economia-mundo capitalista, que possui padrões de comportamento no tempo e no espaço.

Na seção 3, verificou-se, a partir do estudo da Inglaterra, que a industrialização em um subsistema regional é um processo lento. Percebeu-se que o sucesso da indústria inglesa esteve condicionado a confluência de fatores específicos e sistêmicos no tempo e no espaço. A associação de capitalistas nacionais com o Estado nacional se revelou como principal fator da conquista inglesa. Entretanto, verificou-se também que não são as atividades industriais que determinam a posição de uma região do globo nas hierarquias do trabalho e do poder, mas sim a capacidade de concentra atividades, seja elas quais forem, que drenem a riqueza mundial a seu favor.

Na seção 4, a revisitação das origens da indústria no Brasil, sugere que o surgimento da indústria no Brasil revela a contradição da industrialização inglesa. A forma pela qual o Estado britânico configurou a economia-mundo do século XIX, posicionando a atividade industrial como principal meio de acumulação de capital, refletiu no Brasil como o movimento ondular provocado por uma pedra lançada em um lago. Dito de outra forma, a posição ocupada pelo Brasil na hierarquia mundial de tarefas legou ao Estado brasileiro um problema de balanço de pagamentos que, ao tentar ser corrigido através de políticas tarifárias, acabou acarretando em impulsos particulares de industrialização.

Ao que parece, enfim, é que o projeto de poder local do Estado Brasileiro durante o século XIX nada mais foi do que a expressão do agrarismo reinante desde o século XVI. A indústria, ou melhor, a conjugação de interesses capitalistas industriais com o Estado brasileiro no sentido de favorecer atividades industriais, confrontar-se-á apenas com o fim da Grande Depressão e com o fim da República Velha.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no império*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. Globalização e Macrossociologia Histórica. *In: Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, Vol. 20, Nº 20, p. 13-23, jun. de 2003.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV – XVII*:

- tempo do mundo*. Vol. 3. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CASTRO, Ana Célia. *As Empresas Estrangeiras no Brasil: 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- CARONE, Edgar. *O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J.. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada*. São Paulo: Ed. 34, 2004
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- GOLDFRANK, Walter L.. Paradigm Regained? The Rules of Wallerstein's World-System Method. In: *Journal of World-Systems Research*, Vol. VI, Nº 2, p. 150-195, Summer/Fall 2000. Disponível em <<http://jwsr.ucr.edu>>>.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era do Capital: 1848-1875*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do Século XX*, 2003.
- LUZ, Nícia Vilela. As Tentativas de Industrialização no Brasil. In: HOLANDA, S. B. & CAMPOS, P. M. (orgs). *O Brasil Monárquico*. 4ª ed. Tomo II, vol. 4. São Paulo: Difel, 1985.
- MELLO, J. M. C. de. *O Capitalismo Tardio*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- NIVEAU, Maurice. *História dos Fatos Econômicos Contemporâneos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 37ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (orgs). *Economia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- RENAULT, Delso. *O desenvolvimento a indústria brasileira: Subsídio ao período de 1850 a 1930*. São Paulo: Conselho Nacional do Serviço Social, s/d.
- ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Tempo, duração e civilização: percursos braudelianos*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. 6ª ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1969.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000.
- VILLELA, André. Política tarifária no II Reinado: evolução e impactos, 1850-1889. In: *NOVA ECONOMIA: Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG*. Belo Horizonte, Vol. 15, Nº 1, p. 35-68, janeiro-abril 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. *O Sistema Mundial Moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Vol. 1. Portugal: Edições Afrontamento, 1979.

_____. *The Essential Wallerstein*. New York: The New York Press, 2000.

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 01/06 - CÁRIO, Silvio A. Ferraz e ALMEIDA, Carla Cristina Rosa de. *Indústria Automobilística Brasileira: Conjuntura Recente e Estratégias de Desenvolvimento.*

Nº 02/06 - GOULARTI FILHO, Alcides. *A Construção e a Modernização do Porto de Itajaí e Construção e modernização do Porto de São Francisco do Sul.*

Nº 03/06 - MATTEI, Lauro e NIEDERLE, Sidnei L. *O Comportamento do Mercado de Trabalho em Santa Catarina nos anos de 1990.*

Nº 04/06 - VIEIRA, Pedro; CAMERLATO, Lairton e SANTOS, Fábio Pádua dos. *Revisitando as Origens da Indústria no Brasil: Uma Interpretação da Economia Política dos Sistemas-Mundo.*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Campus Universitário – Trindade
CEP 88.049-970 – Florianópolis - Santa Catarina
Tel.: (48) 3331.9458 – Fax (48) 3331.9776